

EXAME

Direito Constitucional Português - Turma B

6 de Junho de 2022

Duração: 3 horas

Permitida a consulta apenas de materiais legais.

O exame é constituído por três grupos. Leia atentamente cada questão antes de responder. Não se esqueça de fundamentar legal e doutrinamente todas as respostas.

I

1. Qual o valor jurídico do preâmbulo constitucional? (2 valores) ✓
2. Enuncie as várias dimensões do princípio do Estado de Direito. (2 valores) ✓

II

Analise jurídico-constitucionalmente:

1. Depois de surgir descontentamento público com o processo de cooptação de juizes do Tribunal Constitucional, a Assembleia da República [AR] entendeu introduzir modificações a esse processo. Para o efeito, alterou a Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional (Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro), estabelecendo que: (i) os juizes cooptados não poderiam ter mais de 42 anos de idade; e (ii) que a lista de potenciais juizes a cooptar teria de ser objecto de parecer favorável pela Comissão de Assuntos Constitucionais da AR. Essas alterações foram aprovadas por 110 deputados a favor, 90 contra e 30 abstenções. (1,5 valores)
2. Recebido o diploma pelo Presidente da República [PR], decide este vetá-lo imediatamente. No seu entender, *“as alterações promovidas pela AR são incompreensíveis, para além de serem indesejáveis num momento em que decorre a cooptação de um juiz para o TC. Acresce que elas são de constitucionalidade duvidosa, pelo que se afiguram também inoportunas”*. (1 valor)
3. Devolvido o diploma à AR, esta procede à respectiva confirmação através da seguinte votação: 170 votos a favor, 30 contra e 30 abstenções. O PR tomou a actuação da AR como uma grave deslealdade política e institucional. Nessa medida, recusou-se a promulgar o diploma confirmado, argumentando que *“na minha mensagem, aludi a várias dúvidas quanto à constitucionalidade do diploma. Nestas situações, a CRP não me obriga a promulgar estes decretos.”* (1 valor)
4. Para além disso, decidiu dissolver imediatamente a AR e marcar novas eleições legislativas para daí a 65 dias. O Primeiro-Ministro [PM], preocupado com a situação, transmitiu uma mensagem apaziguadora à população: *“até à realização das eleições, o Governo manter-se-á em plenitude de funções”*. (1 valor)
5. As novas eleições, entretanto realizadas, não alteraram a distribuição de forças anterior: o primeiro e segundo maiores partidos mantiveram as suas posições. O PR, ainda descontente com o comportamento de ambos os partidos no processo de confirmação do diploma atinente ao TC, decide nomear como PM o líder do terceiro partido mais votado. O Governo entretanto formado apresenta o seu programa na AR, o qual recebe a seguinte votação: 71 votos contra; 70 a favor; 89 abstenções. (1,5 valores)

III

A Lei n.º 32/2008, de 17 de Julho, também conhecida por “Lei dos Metadados”, permite que as autoridades de investigação criminal armazenem dados de comunicações electrónicas relativamente a toda a população, incluindo a localização, data, destinatário e duração de chamadas telefónicas. António foi detido na sequência de um conjunto de assaltos a casas na zona de Montalegre. No processo criminal movido contra ele, um dos elementos probatórios apresentados pelo Ministério Público [MP] é os dados relativos a comunicações efectuadas a partir do seu telemóvel: nos dias e horas dos assaltos, o telemóvel de António esteve ligado a antenas na zona de Montalegre e o MP acredita que um dos destinatários das chamadas telefónicas, amigo de António, se encarregaria da venda dos bens furtados.

1. No processo criminal, António invoca a inconstitucionalidade das normas da Lei n.º 32/2008 que permitiram à Polícia Judiciária aceder aos dados de localização e aos destinatários das chamadas telefónicas. De que modo(s) pode a questão chegar ao TC? (3 valores)
2. Entretanto, o TC decidiu favoravelmente o recurso interposto por António, bem como os de Bento e Catarina (outros dois arguidos, noutros processos, contra quem o MP apresentou também provas decorrentes de dados de comunicações electrónicas). Neste momento, corre um processo criminal contra Joana por burla, no qual o MP a acusa com recurso a dados de localização. Poderá Joana estar segura de que o juiz da causa desaplicará por inconstitucionalidade as pertinentes normas da Lei n.º 32/2008? (1 valor)
3. *abolida* A Provedora de Justiça, preocupada com a situação de incerteza entretanto gerada, pretende que o TC aprecie a constitucionalidade da Lei n.º 32/2008 independentemente de qualquer caso concreto. De que via dispõe? E com que efeitos? (2 valores)
4. Admita que o TC pretende declarar a inconstitucionalidade da Lei n.º 32/2008, por considerar que a mesma é violadora de direitos fundamentais e desproporcional. No entanto, os juízes do TC estão preocupados com o impacto que tal declaração pode ter, uma vez que a lei está a ser aplicada desde 2008 e os dados de comunicações electrónicas são usados em inúmeros processos criminais como elemento probatório. O que pode o TC fazer? (2 valores)
5. O TC acabou por declarar a inconstitucionalidade da lei com os efeitos normais desse tipo de decisão. O Governo entendeu que isto conduziria ao caos nos tribunais judiciais, pois que provocaria a reabertura de uma quantidade infínita de processos criminais passados. Para evitar isso, o Governo aprova um Decreto-Lei no qual: (i) estabelece que os juízes devem evitar reabrir os processos julgados há mais de 5 anos; (ii) introduz um novo regime jurídico de armazenamento e acesso aos dados de comunicações electrónicas substitutivo da Lei n.º 32/2008 *Quid iuris?* (2 valores)